

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

UMA DISPUTA PELA NARRATIVA SOBRE O BRASIL: CAMINHOS INICIAIS DE UM PERCURSO DE PESQUISA

Bruno dos Santos Prado Moura¹

RESUMO

Proponho neste trabalho apresentar o percurso inicial de minha pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Objetiva-se discutir a oposição à ditadura militar em âmbito internacional com destaque para a atuação dos exilados e sua campanha de denúncia do regime civil-militar brasileiro, e a maneira como o regime reagiu a essa oposição. Como metodologia, recorro à pesquisa bibliográfica e documental, dialogando com os autores que situam a atuação dos exilados no quadro de uma redefinição de projeto político, com foco nas denúncias das arbitrariedades da ditadura, e com documentos produzidos pelo regime. O argumento central consiste em reconhecer que a oposição em nível internacional realizada pelos exilados forçou a ditadura militar brasileira a entrar numa disputa pela narrativa sobre a realidade brasileira.

Palavras-chave: Exilados. Ditadura militar. Realidade brasileira.

APRESENTAÇÃO

Este artigo busca apresentar a trajetória inicial de pesquisa de doutoramento realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo. O projeto de pesquisa apresentou, a princípio, como tema de análise as sensibilidades no contexto do regime civil-militar brasileiro (1969-1985), tendo como apoio em duas questões-problema. A primeira questionava

¹ Doutorando em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: brunusgravis@gmail.com.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sobre a mobilização da dimensão emocional pelo regime civil-militar para construir e associar a imagem de “inimigos” aos opositores do regime, em especial os exilados. A segunda perguntava como essa dimensão, na perspectiva dos exilados, influenciou na percepção da sua relação com o regime e com a sociedade brasileira.

Tais questões foram lançadas com base no argumento de que a produção do vazio político promovida pelos militares em relação aos opositores do regime (GRECO, 2003) e concretizada pelo exílio foi acompanhada de estratégias de propaganda que visavam criar a sensação de normalidade e legalidade do regime. Além disso, os argumentos utilizados nessas estratégias apelavam para a subjetividade do julgamento ao colorirem de tons valorativos as ações do regime e dos seus opositores, e constituem um universo emocional em torno dessas ações.

O recorte histórico para a primeira questão abrangia os anos de 1969-1974, com ênfase na voz da ditadura no sentido de legitimar-se e constituir a imagem do outro, isto é, seus opositores, manifestados inicialmente em parcelas da sociedade civil, posteriormente nos grupos de afrontamento armado direto e por fim nos exilados e suas campanhas no exterior de denúncia das ações do regime. Partimos da hipótese de que a partir do estabelecimento da censura, o regime buscou ouvir o eco solitário da sua voz na sociedade brasileira por meio de campanhas publicitárias que buscavam criar um clima, uma atmosfera de aprovação com os rumos do governo (FICO, 1997). Porém, as campanhas no exterior promovidas pela comunidade de exilados estabeleceram um campo de disputa em torno da narrativa sobre a realidade brasileira que, contudo, permaneceu em âmbito internacional (RONINGER, 2010).

Fico (1997) salienta que a elaboração de uma visão de Brasil por parte do regime por meio das campanhas publicitárias não se deu no isolamento. Ao contrário, ela expressou uma disputa em torno da leitura do que deveria ser o país, isto é, “[...] a construção de uma visão otimista sobre o país se contrapõe e ofusca uma outra, de cunho pessimista” (FICO, 1997, p. 19). Considerando o contexto da Guerra Fria, em que os modelos de sociedade capitalista e socialista disputavam os horizontes de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

futuro, ficará claro para nós, conforme veremos, quem eram os “pessimistas” na visão da ditadura.

Teoricamente, analisamos essa elaboração dessa visão otimista do Brasil dentro da agenda de investigação das representações proposta por Chartier (1990, p. 17), na qual seu estudo deve ser sempre inserido “[...] num campo de concorrência e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”. A noção de sensibilidade se encaixava, à primeira vista, na problematização desse movimento do regime. Segundo Pesavento (2007, p. 10). “[...] a esfera das sensibilidades se situa em um espaço anterior à reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade”. Portanto, conjecturávamos se ao mobilizar sentimentos e emoções nas suas campanhas publicitárias a ditadura não estaria buscando essa dimensão nos brasileiros, haja vista que “para a propaganda militar, a ‘massa’, a população, era acima de tudo carente, despreparada para votar, formalmente deseducada, influenciada por políticos venais e demagógicos” (FICO, 1997, p. 130). Nesse sentido, o “fortalecimento do caráter nacional” passava pela difusão de valores considerados positivos, o que apontará sempre para seu oposto, o pessimista, o “inimigo”.

Nesse sentido, nosso entendimento é o de que a propaganda política empreendida pela ditadura ao mesmo tempo que visava criar um clima de otimismo, esperança e conagração, elaborava a imagem do inimigo, enfim materializada nos grupos de oposição que promoveram as ações de guerrilha urbana. Uma vez desmantelados esses grupos por meio das ações repressivas – entre elas o exílio – o regime pode estabelecer a hegemonia da sua voz e assim projetar um clima de concórdia e paz para a sociedade brasileira.

Porém, o contato mais detido com as primeiras fontes nos levou a abandonar a proposta de estudo das sensibilidades, pois constatamos que com os documentos disponíveis não conseguiríamos alcançar tal dimensão. Assim, o olhar foi redirecionado para o estudo das vozes do regime e dos exilados delimitadas à disputa em torno da imagem do Brasil, como veremos mais a frente. Nessa disputa, se farão

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ouvir as vozes dos exilados, por meio dos periódicos publicados no exterior (em particular os publicados pela Frente Brasileira de Informações, como veremos), e as do regime, por meio dos documentos elaborados pelos diversos órgãos que monitoravam a atuação dos exilados.

UM CONTRAPONTO INCÔMODO

Cruz (1999) argumenta que o exílio dos anos 1960 e 1970 configurou uma ação repressiva com o intuito de afastar e eliminar vozes contestatórias da ordem vigente. Roninger (2010) o trata como uma nova lógica de desmobilização que afetou indivíduos de diferentes segmentos sociais, funcionando como um mecanismo regulador dos Estados-nação. Cruz (1999) menciona, ainda, que o exílio representou a derrota de um projeto político e pessoal. Vê-se, portanto, que o predomínio da voz da ditadura no período 1969-1974 se deu calcada em ações repressivas, contudo, o “inimigo” não foi de todo eliminado. Seu desenraizamento promovido pelo exílio abriu outras frentes de enfrentamento ao regime, dessa vez em âmbito internacional. Assim, partimos da suposição de que a hegemonia obtida internamente pela ditadura em razão das ações repressivas de eliminação das vozes dissonantes, foi acompanhada do surgimento de uma outra frente em que sua voz passou a ser questionada, dessa vez em âmbito internacional e promovida pela comunidade de exilados.

Roninger (2010, p. 104-105) argumenta que os exílios da segunda metade do século XX sofreram uma modificação fundamental, beneficiando-se da mudança no cenário mundial com a criação de redes transnacionais, a formação de comunicação e fóruns internacionais em que as questões referentes ao direito internacional e os direitos humanos foram problematizadas e elaboradas.

Gera-se, assim, uma estrutura quadrupla, em que os exilados somam potencialidades por meio das redes transnacionais, cuja presença permite a cristalização de coalizões políticas portadoras de nova voz na esfera internacional e com maior poder de pressão sobre os estados expulsos quanto sobre os estados anfitriões. (RONINGER, p. 105)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Tal modificação enfatizada pelo autor foi dialoga com o que Jensen (2011, p. 3) chama de paradoxo subjacente ao exílio: “La paradoja de que un mismo movimiento, la salida, sea desgracia y posibilidad de aprender y hasta de inventar un mundo inédito [...]”. Como destacou também Cruz (1999, p. 48), o exílio representou a derrota, mas também a liberdade e a continuidade da luta para muitos. Em outras palavras, o silenciamento promovido internamente, no Brasil, pelas ações de repressão, foi seguido da articulação de vozes de contestação a nível internacional que, favorecidas pela abertura de canais de diálogo e interação entre diferentes segmentos e grupos políticos organizados nos países de acolhida, buscaram contrapor a voz hegemônica do regime.

Uma das pautas da luta dos exilados era a bandeira dos direitos humanos. Hunt (2009, p. 19) afirma que “os direitos humanos só se tornam significativos quando ganham conteúdo político”. A frase da autora se insere num contexto em que discute a questão da autoevidência dos direitos humanos, argumentando que a verdade dos direitos do homem era evidente para os formuladores da Declaração de Independência das 13 colônias (1776), da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1789) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Contudo, para a autora essa constatação contém um paradoxo: “se a igualdade dos direitos é tão autoevidente, por que essa afirmação tinha que ser feita e por que só era feita em tempos e lugares específicos?” (HUNT, 2009, p. 18). A autora responde, dizendo que:

Acabou sendo mais fácil aceitar a qualidade natural dos direitos do que a sua igualdade ou universalidade. De muitas maneiras, ainda estamos aprendendo a lidar com as implicações da demanda por igualdade e universalidade de direitos. (HUNT, 2009. p. 19).

Os exilados brasileiros aprenderam que a questão dos direitos humanos poderia constituir-se numa frente de luta contra a ditadura.² Conforme Roninger (2011, p. 53), a adoção da bandeira dos direitos humanos pelos exilados teve inicialmente um

² A afirmação de que os exilados aprenderam faz referência ao que diz Cruz (1999, p. 133) sobre a redefinição do projeto político dos brasileiros exilados: “Trata-se, portanto, de refletir como o processo de crise de identidade influenciou as duas gerações como um fenômeno histórico. Em outras palavras, de pensar como a desorientação provocada pelo exílio atuou na redefinição do projeto político anterior, a partir da reconstrução da identidade dos exilados”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

caráter tático, uma espécie de ajuste ao novo contexto de embates políticos que prescindia do confronto armado. Aos poucos ela se tornou o núcleo central da estratégia de luta e denúncia. Tal ajustamento, por assim dizer, foi favorecido pela emergência de novas sensibilidades e novos discursos no pós Segunda Guerra. Para Franco (2011, p. 99),

[...] a década de 1970 foi o momento em que os direitos humanos se incorporaram como critério importante na agenda política e nas relações exteriores de muitos países [...] De maneira geral, intelectuais e políticos, naquele mesmo momento, explicavam o direcionamento para os direitos humanos como o resultado de um esvaziamento do 'horizonte de expectativa' das esquerdas ocidentais após a descoberta da realidade autoritária do modelo soviético.

No exterior, os exilados publicaram diversos periódicos com o objetivo de denunciar o regime civil-militar brasileiro.³ Segundo Cruz (2010, p. 43), as publicações favoreceram a aproximação de brasileiros no exílio e a socialização de suas experiências, ao mesmo tempo em que lhes permitiu empreender uma ação pela palavra tendo a “denúncia como arma”. O autor destaca que nessa investida dos exilados foi

[...] bastante relevante a campanha contra a violação dos direitos humanos, descrevendo a tortura institucionalizada, a ausência de quaisquer garantias individuais e das precárias condições de vida da população escondidas sob os índices de desenvolvimento apresentados pelo governo brasileiro (CRUZ, 2010, p. 46).

Assim, a afirmação de Hunt nos permite evidenciar a voz dos opositores da ditadura militar brasileira que, na condição de exilados, denunciaram o caráter repressivo do regime para a comunidade internacional, fazendo emergir o caráter político dos direitos humanos mencionado por Hunt, isto é, eles somente ganham sentido quando aqueles que os detêm lutam por eles (2009, p. 19).

Os exilados brasileiros assim o fizeram, denunciando as violações dos direitos humanos juntamente com críticas que contemplavam os aspectos econômico-sociais

³ Para uma lista dos periódicos publicados por exilados no exterior ver Cruz (1999, pp. 354-356).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e político-institucionais da ditadura. Dessa maneira, acreditavam agir no sentido da desestabilização do regime com vista a sua superação (CRUZ, 2010).

No entanto, é preciso dizer que nem todas as publicações feitas no exílio se dedicaram a questão dos direitos humanos. Segundo Cruz (1999, p. 189-190), somente a partir de 1973 se percebe uma maior dedicação nos periódicos às denúncias de tortura, prisão política e assassinatos promovidos pela ditadura brasileira. Para a autora essa mudança se deu em razão do esgotamento das possibilidades de enfrentamento aberto e da redefinição do exílio como um espaço de luta contra o regime e o capitalismo.

As denúncias feitas pelos exilados tiveram resultados significativos, como a realização do Tribunal Bertrand Russel II, em que os governos do Brasil, do Chile, do Uruguai e da Bolívia foram considerados culpados por graves violações dos direitos do homem (CRUZ, 1999, p. 242).⁴ Esse talvez tenha sido o momento de maior notoriedade da atuação dos exilados brasileiros na sua estratégia de denúncia da ditadura. É preciso destacar que a imagem do Brasil no exterior foi uma preocupação constante do regime civil-militar, assim, as notícias veiculadas pelos periódicos publicados por exilados causaram incômodos aos governos durante a ditadura (GOMES, 2019).

Um documento sigiloso emitido pelo Departamento de Segurança e Informação do Ministério da Justiça (DSI-MJ), em julho de 1972, tinha como assunto a “Campanha de difamações contra o Brasil” promovida pela Frente Brasileira de Informações (FBI), um periódico dirigido por Miguel Arraes, exilado em Argel, Argélia, que era publicado em diversos países nas línguas locais. No documento menciona-se um evento promovido pela Frente em Nova Iorque, no qual se realizaria “extensa programação contra o Brasil”.⁵

⁴ O Tribunal Bertrand Russel II foi uma reedição do Tribunal Bertrand Russel presidido por Jean-Paul Sartre, em 1966, para examinar e julgar os crimes de guerra dos EUA no Vietnã. Para mais detalhes ver Cruz (1999, p. 233-245).

⁵ Campanha de difamações contra o Brasil. 29/08/1972. Processo DSI nº 00.554, de 17/07/1972, com informe do Centro de Informações do Exército (CIE). Arquivo Nacional.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As denúncias contra a ditadura brasileira realizadas por exilados não se limitaram a um período e assumiram diversas formas. É possível encontrar documentos que descrevem as declarações dadas por exilados ilustres, como João Goulart e Leonel Brizola, a jornais estrangeiros. No caso da pesquisa que desenvolvo, optou-se por ouvir a voz dos exilados a partir dos periódicos da Frente Brasileira de Informações. Seu caráter frentista e sua inserção em diversos países, bem como sua capacidade de mobilizar diversos exilados para colaborar com as publicações merecem nossa atenção. Além disso, diversos documentos do regime apontam a FBI como um dos responsáveis por aquilo que chamou de “campanha de difamação do Brasil no exterior”. Trata-se, como já dito, de uma campanha de denúncia do que os exilados chamavam de “crimes da ditadura” e consistia em publicar informações sobre presos políticos, torturas e análises da economia e sociedade brasileira que permitissem, segundo eles, “furar o cerco da censura”.

Gomes (2019, p. 92) destaca que a repercussão no exterior das ações repressivas promovidas pela ditadura causava constantes constrangimentos aos governantes brasileiros, levando-os, como destacamos mais a frente, a estabelecer uma “Política Governamental de Comunicação Social no Campo Exterior”, de modo a fazer veicular sua narrativa sobre o regime no ambiente internacional.

Assim, observa-se que a campanha dos exilados de denúncia da ditadura tendo como um de seus elementos as violações dos direitos humanos estabeleceu um contraponto incômodo que o regime não pode simplesmente eliminar, como o fez com os grupos de guerrilha urbana que atuaram no Brasil; ou silenciar por meio da censura. Foi preciso entrar na disputa pela narrativa sobre o que ocorria no Brasil.

Nessa perspectiva, a análise das vozes dos exilados e da ditadura precisa se dar na relação que têm uma com a outra. Em outras palavras, considero que as estratégias e manifestações discursivas, seja da ditadura, seja dos exilados, apontam sempre para um outro, entendido como inimigo, mesmo quando falam de si próprias. Isto é, não existe, essencialmente, a voz dos exilados e a voz do regime civil-militar. Elas se constituem mutuamente e ganham contornos diferentes conforme o contexto em que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

se manifestaram. Isso significa que essas vozes se constituem em função umas das outras, numa relação simbólica de forças que envolve o êxito ou o fracasso de uma sobre a outra (CHARTIER, 2002, p. 11).

A IMAGEM ARRANHADA: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A MANEIRA COMO A DITADURA MILITAR BRASILEIRA LEU AS DENÚNCIAS DOS EXILADOS (1969-1974)

Em fevereiro de 1971, um memorando confidencial do Gabinete do Ministério da Justiça⁶ solicitava ao Chefe do Serviço de Comunicações providências para constituição de processo de caráter sigiloso originado pelo Aviso nº 375, de 01/12/1970, decorrente da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.⁷ Tal aviso, de caráter secreto, encaminhava para as devidas ações a Exposição de Motivos nº 090/70, de 20/11/1970, e o documento Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo. Ambos documentos tratam da campanha realizada por brasileiros no exterior visando denunciar a ditadura brasileira.

A Exposição de Motivos 090/70 se dirige ao Presidente da República para tratar do enfrentamento do que se denominou de “campanha difamatória contra o Brasil no exterior”. O documento é uma evidência da mobilização do regime para tratar da questão ao informar sobre a constituição de um Grupo de trabalho composto por representantes do Serviço Nacional de Informações (SNI), Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), Ministério das Relações Exteriores, Estado Maior das Forças Armadas e Ministério da Justiça que, por meio da Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, teve o papel de presidir os trabalhos. O grupo tinha o prazo de 30 dias para “Estudar e propor uma Política de Govêrno [sic] para fazer face à guerra psicológica adversa no campo externo, em especial a campanha de difamação do Brasil no Exterior [...]”. O resultado das deliberações do grupo deu origem ao

⁶ Memorando nº 60, Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, 18/02/1971. Processo SECOM nº 51.601. Arquivo Nacional.

⁷ Aviso nº 375/70, Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, 01/12/1970. Processo SECOM nº 51.601. Arquivo Nacional.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

documento Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo, cujo fim maior consistia em “neutralizar a campanha de difamação do País no Exterior”.

A produção de tais documentos pela ditadura brasileira aponta para a problemática que vimos abordando acima. Desde o estabelecimento da censura em 1969 por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o regime militar brasileiro buscou ouvir o eco solitário da sua voz na sociedade por meio de campanhas publicitárias que buscavam criar um clima, uma atmosfera de aprovação com os rumos do governo (FICO, 1997). Segundo esse autor, a propaganda política produzida pela ditadura no período 1969-1977 buscou instaurar uma mística de esperança e otimismo na sociedade brasileira, recorrendo a um cabedal de imagens e representações presentes no Brasil desde os tempos coloniais. Ele sustenta a tese de que há “[...] uma vinculação entre as visões sobre o futuro positivo do Brasil, fundadas desde o período colonial, e a dicção da Aerp/Arp.” (FICO, 1997, p. 76). Segundo o autor, a propaganda política promovida pelo regime ressignificou esses conteúdos, lhes conferindo características singulares.

A “reinvenção do otimismo”, como definiu Fico (1997), era o verniz da utopia autoritária⁸ subjacente ao regime ditatorial brasileiro, cuja manifestação se dava de duas maneiras: “[...] uma de cunho saneador e outra de caráter pedagógico” (BEZERRA, 2010, p. 74). A primeira tinha como foco a eliminação dos males da sociedade, sendo eles o comunismo e a corrupção moral. Para tanto se utilizava da espionagem, da polícia política, da censura e do julgamento sumário dos que eram considerados corruptos. A segunda se utilizava da propaganda política e da censura moral para “[...] ‘educar’ a sociedade ‘débil’ e transmitir-lhe valores morais menos frouxos [...]” (BEZERRA, 2010, p. 74).

Havia, portanto, por parte do regime a intenção de transmitir a imagem de uma sociedade harmônica, sem conflitos sociais e que caminhava a passos largos para o tão sonhado progresso (SCHINEIDER, 2017, p. 334 e 339). Conforme essa autora, a

⁸ A utopia autoritária designa as orientações gerais que guiaram a formação do Estado autoritário e seu funcionamento (BEZERRA, 2010, p. 74).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

publicidade do regime tinha evidente caráter desmobilizador e aparentemente apolítico (2017, p. 339).

Nesse sentido, os documentos citados acima adquirem importância por evidenciar arranhões nessa imagem tão zelosamente cultivada pela ditadura e que funcionava com um dos elementos de legitimação do regime implantado em 1964. Mais ainda, arranhavam a imagem do país no exterior, campo tão sensível para as elites nacionais desde os tempos da formação da nação brasileira nos idos do século XIX (FICO, 1997; GOMES, 2019). Segundo Fico (1997, p. 46), as restrições impostas pela ditadura aos brasileiros não caíram bem o exterior, causando constrangimentos constantes aos militares. Gomes (2019, p. 92-93) reforça esse argumento, destacando que constantemente o regime se empenhava em realizar o que acreditava ser a correção de uma imagem deformada do país.

Assim, ao analisarmos como os documentos citados se referem a campanha de denúncia realizada por exilados no exterior, percebe-se claramente a constituição de uma luta de representações (CHARTIER, 1990) que traz à luz a maneira como a ditadura leu o material produzido pelos que ela chamava de “subversivos”. Ao ver sua hegemonia sendo questionada, ou melhor, ao ver a imagem do Brasil por ela cultivada sendo arranhada por denúncias produzidas por “maus brasileiros”, a ditadura se mobilizou.

A noção de luta de representações compreende a análise dos “[...] mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17). Nesses termos, a hegemonia que a ditadura impôs em âmbito nacional vai receber seu contraponto por meio das campanhas no exterior promovidas por exilados, estabelecendo assim uma disputa (RONINGER, 2010), uma luta de representações sobre a realidade brasileira.

Partimos, portanto, da agenda teórica proposta por Chartier (1990, p. 16-17), que apresenta como principal objeto da História Cultural “[...] identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pensada, dada a ler.” Nesse sentido, a análise preliminar da documentação disponível abrangendo o período 1969-1974 nos permite evidenciar uma disputa em torno da imagem do Brasil no exterior, protagonizada pela ditadura militar e pelos exilados⁹, conformando um embate de representações que exigiram dos atores envolvidos outras habilidades e práticas. Do lado dos exilados, o abandono da luta armada em favor da ação através da palavra (CRUZ, 2010, p. 43). Do lado da ditadura, a atuação também através da palavra, mas num contexto em que sua voz não é hegemônica. Apesar do uso de ações repressivas em âmbito externo por parte do regime com intuito de caçar e eliminar opositores,¹⁰ elas não foram tão eficientes na eliminação das vozes dissonantes, haja vista o contexto em que se dão os exílios da segunda metade do século XX. Beneficiando-se, como vimos, da mudança no cenário mundial com a criação de redes transnacionais, a formação de comunicação e fóruns internacionais em que as questões referentes ao direito internacional e os direitos humanos foram problematizadas e elaboradas, tais exílios sofrem uma modificação fundamental somando potencialidades e cristalizando coalizões políticas portadores de nova voz na trama internacional (RONINGER, 2010, p. 104-105).

Nesse sentido, partimos do entendimento de que a disputa pela imagem do Brasil no exterior configura uma luta de representações, reverberando o que diz Chartier (1990, p. 17), ao destacar que a “[...] investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.”

Aqui, o poder de afirmar a imagem “correta” sobre o Brasil estava em jogo. O tratamento do tema como uma questão de Segurança Nacional já indica a importância atribuída pelo regime a essa problemática. Assim, ao aborda-la em seus documentos,

⁹ Na pesquisa que desenvolvo me limito a analisar o embate entre o regime e os exilados, circunscritos aos impressos produzidos pela Frente Brasileira de Informações. Contudo, é de nosso conhecimento a atuação de membros da Igreja Católica que tiveram notória atuação nas denúncias contra a ditadura brasileira no exterior. Para maiores conhecimentos sobre a atuação dos bispos católicos nas denúncias contra a o regime militar, consultar BEZERRA (2010).

¹⁰ Ver a propósito Gomes (2019), Quadrat (2014), Almeida (2008), Setemy (2014) entre outros.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a ditadura desnuda a sua leitura dos textos divulgados pelos exilados nos periódicos da Frente Brasileira de Informações (FBI).

A noção de leitura compõe o arcabouço conceitual de Chartier (1990) e nos auxiliará aqui na compreensão da maneira como a ditadura leu os textos do FBI. Essa abordagem é parte fundamental do nosso caminho teórico-metodológico que, calcado na teoria das representações sociais do historiador francês, busca olhar as duas pontas do processo de produção de sentidos sobre a imagem do Brasil, analisando, de um lado, os impressos do FBI e a leitura que procurou impor em seus periódicos, denunciando a ditadura brasileira no exterior; e de outro, a maneira como o regime leu esses materiais.

Entendemos que a forma como a ditadura leu os textos do FBI e as representações que construiu em torno deles evidencia grande preocupação com a circulação das ideias neles contidas. Num regime de exceção, como o foi o regime militar brasileiro, a livre circulação de ideias é interdita e prevalece um esforço de controle sobre as tentativas de trazer à luz mensagens consideradas subversivas. O trabalho do regime se materializa, então, nas ações de identificação dos veículos em que essas ideias podem ser ou serão publicadas, das pessoas que colaboraram para a publicação e do seu potencial alcance.¹¹ Em outros casos, ainda não identificados, tal esforço passa pela circulação de “contra-ideias”.

Dessa forma, ao analisarmos de forma preliminar o documento Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo,¹² percebe-se o uso de palavras que desenham uma artimanha contra o Brasil. Um esquema muito bem articulado por brasileiros associados ao Comunismo Internacional. Assim, ao referir-se às denúncias realizadas no exterior por exilados e bispos católicos, o documento faz referência à “ataques”, “campanha de distorção da realidade brasileira”, “notícias tendenciosas”, “campanha adversa ao Brasil”, “campanha de difamação contra o

¹¹ Frente Brasileira de Informações. Jornalistas estrangeiros. Artigos sobre tortura e índios. CIEX, nº 328, 17/09/1970. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

¹² Memorando 060, de 18/02/1971. Arquivo Nacional. BR.AN,RIO.TT.O.MCP.PRO.179.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Brasil”, “guerra psicológica no campo externo”. No que diz respeito a postura governamental frente a tais ações, o documento é taxativo: ao governo cabe “enfrentar” e “neutralizar” tais artimanhas.

O leque de enunciados articulados no documento evidencia o esforço do regime em se afirmar enquanto voz autorizada e legítima para falar sobre o Brasil e, ao mesmo tempo, traz a tona a tensão decorrente da necessidade de dar uma resposta, tal como sugere Carvalho (2005, p. 154) na sua interpretação da obra de Chartier. Segundo ele

A força da representação pode tentar persuadir de um poder, mas pode também dar a perceber a distância entre os signos exibidos e a realidade que eles não podem dissimular. A pesquisa deve situar-se, segundo Chartier, na tensão entre a onipotência da representação e seus possíveis desmentidos [...]”.

Na medida em que a onipotência do regime se viu fragilizada pela denúncia feroz dos opositores exilados no exterior, percebeu-se a necessidade de reação. O enquadramento do tema como um problema de Segurança Nacional significou a preparação para fazer o contraponto, para travar uma luta de representações.

A maneira como a ditadura leu as denúncias dos exilados no exterior traz todo o arcabouço usado para legitimar o Estado de exceção então vigente. A começar pela noção de difamação que denomina a campanha dos exilados. Difamar, na sua acepção jurídica, significa ofender alguém ao ponto de atingir-lhe a honra e a reputação. No caso em análise, a difamação é da pátria, esteio dos valores mais sagrados defendidos pelos militares no poder. Não por menos, a “campanha de difamação contra o Brasil” é considerada, também, como uma “guerra psicológica adversa no campo externo”.

Segundo Borges (2003, p. 28), a Doutrina de Segurança Nacional entende que a guerra psicológica consiste em “[...] aniquilar moralmente o inimigo e [...] separá-lo dos demais cidadãos [...]”, além de “[...] assegurar a não-oposição ativa contra o projeto da Doutrina.” Para o regime, os exilados ao realizarem suas denúncias se utilizavam

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da guerra psicológica contra ele, daí classifica-la como “adversa ao Brasil”. Nesses termos, são considerados inimigos.

A figura do inimigo tem papel importante ao longo de toda a história da ditadura brasileira e foi usada incessantemente para legitimar ações repressivas. Para Borges (2003, p. 30),

A principal razão da figura do inimigo é manter a coesão e o espírito de corpo do grupo que mantém o poder. Por outro lado, a existência do inimigo interno e a necessidade de existência de uma guerra permanente servem, também, para manter um estado permanente de crise, que mesmo sobre uma base fictícia é muito efetivo do ponto de vista policial e jurídico.

Chartier (1990, pp. 123 e 131) compreende que a caracterização das “maneiras de ler” é imprescindível para a compreensão da leitura como um ato de liberdade e rebeldia do leitor perante o texto e suas injunções. Segundo ele, cada maneira de ler “[...] comporta seus gestos específicos, os seus próprios usos do livro, o seu texto de referência”. No caso em estudo, a preocupação com a circulação das ideias divulgadas pelos exilados e o monitoramento das suas publicações por parte do regime apontam para a necessidade de agir perante a ameaça inimiga.

A resposta, elaborada no documento Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo, indica elevado grau de preocupação com a questão, dividindo-a em duas situações distintas: uma emergencial e outra permanente. A primeira necessitando de respostas de curto prazo e a segunda demandando trabalho mais sistemático e perene. Considera, então, que sua condução “deve harmonizar-se com a execução das medidas de Segurança Interna do Governo”.¹³

Assim, ao elaborar os termos da sua conduta, o regime militar brasileiro desenha o percurso da sua ação nesse contexto de disputa pela narrativa sobre a realidade brasileira. Sua estratégia caminhará no sentido de afirmar sua visão sobre o Brasil, na

¹³ Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo. Memorando 060, de 18/02/1971. Arquivo Nacional. BR.AN,RIO.TT.O.MCP.PRO.179.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tentativa de desfazer os arranhões provocados na imagem do país no exterior pelas denúncias dos exilados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a apresentar a trajetória inicial de pesquisa de doutorado em andamento. A partir do contato mais direto com as primeiras fontes de análise, constatou-se a necessidade de ajuste no foco da pesquisa, voltando-se, então para o estudo das vozes do regime e dos exilados delimitadas à disputa em torno da imagem do Brasil. Destacamos que, nessa disputa e em particular na pesquisa que desenvolvo, se farão ouvir as vozes dos exilados por meio dos periódicos da Frente Brasileira de Informações, que segundo Chirio (2017, p. 79) foi a principal organização criada com a finalidade de denunciar os atentados aos direitos do homem promovidos por militares e policiais brasileiros; e as do regime, por meio dos documentos elaborados pelos diversos órgãos da comunidade de informações.

Observamos que as denúncias promovidas pelos exilados sobre as violações dos direitos humanos e, também, sobre os aspectos perversos da política econômica do milagre brasileiro estabeleceu um contraponto que se mostrou bastante incômodo ao regime, pois não podia simplesmente eliminá-lo. A elaboração de uma política de comunicação oficial específica para o campo externo indica a importância atribuída ao tema pelo governo ditatorial.

Vendo a imagem que zelosamente construíram sobre o Brasil ser “arranhada” pelo que considerava “maus brasileiro”, o regime se mobilizou no sentido de tentar apresentar a visão “correta” sobre o país. Assim fazendo, nos ofereceu a oportunidade de investigar como essa disputa pela narrativa sobre a realidade brasileira se deu a ler.

REFERÊNCIAS

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). **“Tempo negro, temperatura sufocante”**: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008. p. 63-102.

BEZERRA, Paulo César Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010. 168 f.

BORGES, Nilton. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13 – 42.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, Londrina, DHI / PPH / UEM, v. 9, nº. 1, p. 143-165, 2005.

CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

CHIRIO, Maud. Formes et dynamique des mobilisations politiques des exilés brésiliens em France (1968 – 1979). **Cahiers des Amerique Latines**, 48-49, 2005. p. 74-89.

CRUZ, Denise Rollemberg. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CRUZ, Fábio Lucas da. **Frente Brasileño de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FRANCO, Marina. A “solidariedade” ante os exílios dos anos 1970: reflexões a partir do caso dos argentinos na França. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 91-115.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GOMES, Paulo César. **Liberdade vigiada**: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese de doutorado apresentada a FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2003.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JENSEN, Silvana. Exílio e historia reciente. Avances e perspectivas de um campo em construcción. **Aletheia**, vol. 1, n. 2, mayo 2011, pp. 1-21.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Orgs.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

QUADRAT, Samantha Viz. O Brasil sob a asa do Condor. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**: novas perspectivas. São Carlos; EdUFSCar, 2014. p. 161-181.

RONINGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 1, 2010, pp. 91-123.

_____. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 31-61.

SCHNEIDER, Nina. Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada. **Estudos Íbero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, nº 2, p. 333-345, maio-ago. 2017.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. **Clio**: Revista de pesquisa histórica, Pernambuco, v. 31, nº 2, 2013, p. 1-26.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Nacional. Aviso nº 375/70, Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, 01/12/1970. Processo SECOM nº 51.601.

Arquivo Nacional. Campanha de difamações contra o Brasil. 29/08/1972. Processo DSI nº 00.554, de 17/07/1972, com informe do Centro de Informações do Exército (CIE).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Arquivo Nacional. Informação nº 12, Ministério do Exército, Estado Maior do Exército, Adido do Exército à Embaixada do Brasil no Chile, 20/11/1969. Fundo SNI.

Arquivo Nacional. Memorando nº 60, Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, 18/02/1971. Processo SECOM nº 51.601.

Arquivo Nacional. Campanha de difamações contra o Brasil. 29/08/1972. Processo DSI nº 00.554, de 17/07/1972, com informe do Centro de Informações do Exército (CIE).